

## ANEXO N.º 3

### **Protocolo de actuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha a aplicar às avaliações ambientais de planos, programas e projectos com efeitos transfronteiriços**

O Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha, de ora em diante designados por "Signatários",

Considerando que a República Portuguesa e o Reino de Espanha são Partes na Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais Num Contexto Transfronteiriço concluída em 25 de Fevereiro de 1991 em Espoo (Finlândia), no âmbito da Organização das Nações Unidas, e assinada por aqueles Estados em 26 de Fevereiro de 1991;

Tendo em conta a Directiva 85/337/CEE do Conselho, de 27 de Junho de 1985, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente, em especial o seu artigo 7.º, alterada pelas Directivas 97/11/CE do Conselho de 3 de Março de 1997 e 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio de 2003, que estabelece a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente e que altera, no que diz respeito à participação do público e ao acesso à justiça;

Tendo em consideração a Directiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Junho de 2001, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente;

Tendo presente a Convenção sobre Cooperação para a Protecção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas e o Protocolo Adicional, assinados em Albufeira a 30 de Novembro de 1998 ("Convenção de Albufeira de 1998");

Considerando a legislação portuguesa aplicável, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, em especial os seus Artigos 32.º a 35.º, e o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, em especial o seu Artigo 8.º;

Considerando a legislação espanhola aplicável, nomeadamente o Artigo 6 do Real Decreto Legislativo 1302/1986 e o Artigo 11 da Lei 9/2006;

Decidem o seguinte:

#### **Disposições Gerais**

1. Este Protocolo aplica-se aos planos, programas e projectos de qualquer dos dois Estados que possam ter efeitos ambientais transfronteiriços significativos no território do outro Estado.

C RJC

2. Se um plano, programa ou projecto submetido a avaliação ambiental por força da legislação nacional ou comunitária for susceptível de produzir efeitos ambientais significativos no território do outro Estado, procede-se à notificação desse Estado para determinar se quer participar no procedimento de avaliação ambiental. A consulta será igualmente efectuada se o Estado afectado o solicitar.

3. Para efeitos deste Protocolo, fazem parte do procedimento de avaliação ambiental os seguintes elementos:

- a) Definição do âmbito do estudo de impacte ambiental (se existir);
- b) Estudo de Impacte ambiental e Parecer da Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental ou Relatório Ambiental;
- c) Relatório da Consulta Pública, incluindo as consultas transfronteiriças;
- d) Declaração de Impacte Ambiental ou Declaração Ambiental;
- e) Pós-Avaliação.

4. Para os projectos abrangidos pela Convenção de Albufeira de 1998, as autoridades competentes referidas no ponto 6 notificam a Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira do procedimento de consulta. A CADC comunica às autoridades competentes o seu interesse em intervir no procedimento no prazo de 30 dias.

#### **Disposições institucionais**

5. As comunicações oficiais entre os dois Estados são efectuadas através dos respectivos Ministérios do Negócios Estrangeiros. Em Portugal as comunicações são transmitidas à Direcção-Geral dos Assuntos Europeus. Em Espanha as comunicações são transmitidas à Dirección General de Coordinación del Mercado Interior y Otras Políticas Comunitárias.

6. A Agência Portuguesa do Ambiente do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e a Dirección General de Calidad y Evaluación Ambiental del Ministerio de Medio Ambiente são as autoridades competentes, para efeitos do presente Protocolo para agilizar e facilitar as consultas e as trocas de informação nas avaliações ambientais.

7. Sempre que se realize qualquer tipo de comunicação transfronteiriça relativamente a uma avaliação ambiental, é dado conhecimento da mesma, de preferência por correio electrónico, às respectivas autoridades competentes.

8. As autoridades competentes realizam reuniões com periodicidade semestral para análise dos aspectos relativos às avaliações ambientais, e aos aspectos institucionais e procedimentais, salvo convocatória extraordinária por solicitação de qualquer das partes.

#### **Disposições relacionadas com o procedimento de avaliação ambiental**

##### *Notificação à parte afectada*

9. A notificação à parte afectada deve ser efectuada no início do processo de avaliação de impacte ambiental.

G RZ

10. A notificação deve conter o seguinte:

- a) Informação sobre o projecto, ou sobre o plano ou programa, e sobre os seus possíveis impactes transfronteiriços e documentação ambiental, designadamente,
  - para a Portugal, o Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental, no caso de avaliação de projectos, ou o Relatório Ambiental, no caso de avaliação de planos e programas, e,
  - para Espanha, o documento inicial tanto no caso de avaliação de projectos como no caso de avaliação de planos e programas;
- b) Informação sobre os efeitos transfronteiriços, traduzida para a língua do Estado afectado, vertida em documento separado;
- c) Procedimento a seguir para a avaliação ambiental e a aprovação do projecto ou do plano ou programa, indicando a data da realização das consultas transfronteiriças, quando necessárias;
- d) Indicação do prazo dado ao outro Estado para notificar o interesse em participar no procedimento de avaliação ambiental. Salvo indicação em contrário, o prazo de resposta é de 30 dias.

11. A resposta da parte afectada deve conter:

- a) Notificação do interesse em participar na avaliação ambiental;
- b) No caso de querer participar, os potenciais efeitos no seu território devido à execução do projecto ou do plano ou programa, e sobre o âmbito e o nível de pormenor da avaliação ambiental;
- c) Qualquer outra informação relevante para facilitar as consultas transfronteiriças a realizar.

#### *Consultas transfronteiriças*

12. A autoridade competente para a realização do procedimento de avaliação ambiental, simultaneamente com a realização das consultas e a participação pública, envia à autoridade competente do Estado afectado a documentação ambiental relativa aos efeitos transfronteiriços em particular o Estudo de Impacte Ambiental ou o Relatório Ambiental.

13. A autoridade competente do Estado afectado consulta as entidades e o público interessado sobre os potenciais efeitos transfronteiriços e as medidas para os reduzir ou eliminar, pelo prazo mínimo estabelecido nos procedimentos de avaliação em vigor.

14. No prazo máximo de três meses, a autoridade competente do Estado afectado envia à autoridade competente do outro Estado a sua opinião sobre os potenciais efeitos transfronteiriços e as medidas para os reduzir ou eliminar, para que possam ser tomadas em consideração na aprovação final.

15. Caso seja necessário, podem ser realizadas reuniões entre as autoridades competentes para resolver determinados aspectos da avaliação.

G RZ

### *Aprovação ou autorização*

16. A autoridade competente do Estado de origem, comunica à autoridade competente do Estado afectado a decisão final e a forma como as consultas transfronteiriças foram tomadas em consideração nessa decisão.

### *Pós-avaliação*

17. No decurso das consultas transfronteiriças, as autoridades competentes dos dois Estados podem determinar, a pedido de qualquer deles, as acções para o acompanhamento dos efeitos transfronteiriços do plano, programa ou projecto e a forma de comunicação da informação sobre aquelas acções.

### **Disposições sobre projectos transfronteiriços**

18. Quando um projecto, plano ou programa abranja os dois Estados, as autoridades competentes de ambos os Estados podem determinar, antes do início da avaliação ambiental, as formas institucionais e procedimentais para a realização dessa avaliação. Sempre que possível deve ser realizada uma única avaliação do projecto, plano ou programa, cumprindo os requisitos das consultas transfronteiriças.

### **Disposições finais**

19. O presente Protocolo poderá ser alterado, a qualquer momento, por acordo mútuo dos Signatários expresso por escrito.

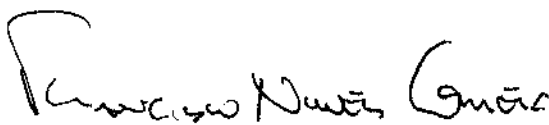
20. O presente Protocolo produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura.

21. O presente Protocolo deixará de produzir efeitos quando qualquer dos Signatários manifestar a sua vontade nesse sentido, notificando o outro por escrito.

Feito em Madrid, no dia 19 de Fevereiro de 2008, em dois exemplares originais, em português e espanhol.

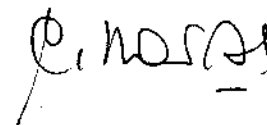
**Pelo Governo da República Portuguesa**

**Pelo Governo do Reino de Espanha**



Francisco Nunes Correia

Ministro do Ambiente, do Ordenamento  
do Território e do Desenvolvimento Regional



Cristina Narbona Ruiz

Ministra de Medio Ambiente